


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0011577-33.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo - Contravenções Penais**
 Documento de Origem: **TC, OF, BO - 090/2017 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 1685/2017 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 900022/2017 - 2º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Autor do Fato: **BRUNO ALVES MURTA**

Aos 18 de setembro de 2018, às 16:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeado, **foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento em procedimento criminal previsto na Lei 9.099/95**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do acusado **BRUNO ALVES MURTA** acompanhado do Dr. Joemar Rodrigo Freitas, Defensor Público. **Inicialmente o MM. Juiz deu a palavra ao(à) defensor(a) para responder a acusação e por ele(a) foi dito:** MM. Juiz: A denúncia não pode ser recebida, eis que as provas são insuficientes para justificar a persecução criminal. **O MM. Juiz declarou que recebia a denúncia porque os elementos em que ela está fundamentada justificam a instauração da ação penal, não merecendo acolhida, no momento, os argumentos apresentados pela Defesa.** Prosseguindo, o MM. Juiz passou a inquirir as testemunhas de acusação Michel Cleverson Pires e André Platero Romero, interrogando, após, o acusado, o que foi feito através de gravação em arquivo multimídia no sistema SAJ e nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419/06, sendo impressas as qualificações de todos em separado e anexadas na sequência. Não havendo outras provas passaram-se aos debates. **Dada a palavra ao Dr. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso no artigo 50, "caput", da Lei 3.688/41, porque explorava jogo de azar uma vez que em seu bar foram apreendidas 5 máquinas caça niqueis. A ação penal é procedente. Os policiais e o próprio réu confirmaram que no estabelecimento comercial, no caso o bar do réu, foram encontradas 5 máquinas caça niqueis. O laudo pericial acostado aos autos confirmou que se trata de jogo de azar. As máquinas estavam mesmo em local acessível ao público, visto que tratava-se de um cômodo anexo ao bar e acessível às pessoas que lá frequentavam. Tanto na polícia como em juízo o réu admitiu que queria colocar as máquinas em funcionamento para



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

obter lucro. A contravenção, no caso analisada, para a sua configuração não exige que a máquina esteja no momento sendo utilizada por algum jogador, uma vez que o núcleo do tipo era explorar jogos de azar. Aliás, a 6ª Câmara de Direito Criminal do TJSP, em julgamento realizado em 06/10/2016, na apelação 0010570-52.2011.8.26.0554, deixa isto bem claro, sendo destacado em um dos trechos do acórdão a seguinte frase: “ Não há se que falar em ausência de participação do réu até mesmo porque no caso desta contravenção a mera tentativa já se trata de consumação, porque o dano pode ser potencial ou de perigo, de forma que a simples instalação da máquina e m local acessível basta para a configuração da contravenção. E a instalação das máquinas no bar é inegável”. Isto posto, entendendo o MP como caracterizada a contravenção em apreço, requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia. Como é primário, poderá ter sua pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito. **Dada a palavra à DEFESA: MM. Juiz:** Requer-se a absolvição, nos termos do artigo 386, VII do CPP. Os policiais relataram que as máquinas estavam desligadas, aparentemente sem uso. O réu, por sua vez, diz que havia recebido as máquinas há dois dias e que pretendia instala-las para a exploração do jogo de azar. Porém, em virtude da intervenção policial (circunstância alheia à sua vontade), não as colocou em funcionamento. A perícia realizada nas máquinas não constatou dinheiro depositado nas mesmas. De outro lado, não houve perícia no local. Sendo assim, pode-se concluir que as máquinas estavam em depósito, amontoadas, ainda sem utilização. O artigo 4º da Lei de Contravenção Penal dispõe expressamente que a tentativa de contravenção é impunível. Então não há que se falar em tentativa de exploração de jogos de azar, o que é o caso em testilha. Sendo assim requer-se a absolvição. Em seguida, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: **VISTOS. BRUNO ALVES MURTA** com dados qualificativos nos autos, está acusado de transgredir o artigo 50, "caput", da Lei 3.688/41, porque no dia 09 de novembro de 2017, por volta das 09h52min , na Rua: Francisco Shiavone, nº 1261, Redenção, nesta cidade e comarca, estabeleceu e explorava, em seu estabelecimento comercial situado no endereço acima indicado, jogos de azar, mediante o uso de 05 máquinas "caça- níquel" instaladas naquele local ao qual era acessível ao público. Consoante apurado, o denunciado, decidiu explorar jogos de azar em um imóvel alugado por ele. De conseguinte, tratou de receber as aludidas máquinas "caça- níquel" de pessoa de pronome "Paulo " e instala-las no local dos fatos, a fim de que mediante pagamento, pessoas diversas pudessem utiliza-las. E tanto isso é verdade que policiais militares ao realizarem vistoria no local dos fatos lograram êxito em localizar em um dos cômodos do estabelecimento, as cinco máquinas "caça- níquel" supra mencionadas, todas desligadas. O réu obteve proposta de transação penal, a qual foi aceita (fls. 40/41, mas não cumprida (fls. 51), sobrevindo a denúncia. Prosseguidos os termos processuais o réu foi citado (fls. 94). Nesta



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

audiência, oferecida a defesa, a denúncia foi recebida. Foram inquiridas duas testemunhas de acusação e o acusado foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor requereu a condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a absolvição sustentando a insuficiência de provas e a não caracterização do ilícito porque as máquinas estavam desligadas e ainda não tinham sido utilizadas. **É o relatório. DECIDO.** Policiais militares faziam outra averiguação quando chegaram no estabelecimento do réu, um bar, e resolveram revista-lo porque uma pessoa, encontrada na posse de um televisor informara que entregaria o aparelho no estabelecimento do acusado. Por desconfiar que o objeto era furtado resolveram revistar o comércio e dentro de um cômodo, que fazia ligação com o bar, localizaram cinco máquinas de “caça-níquel”, as quais se encontravam desligadas. Ao ser interrogado na polícia e em juízo o réu admitiu que efetivamente recebeu as máquinas para que fossem exploradas mediante o pagamento de uma comissão. No entanto explicou que recebeu os equipamentos dois dias antes e que ainda estava em dúvida se efetivamente iria instala-las, tendo ocorrido a apreensão antes que promovesse a exploração. Portanto esses são os fatos. Resta decidir se a situação encontrada e verificada chegou a configurar o ilícito contravencional que a denúncia atribui ao réu. A conduta constitutiva da contravenção aqui examinada consiste em “estabelecer ou explorar jogo de azar em lugar público ou acessível ao público mediante pagamento de entrada ou sem ele”. Não resta a menor dúvida, justamente porque assim reconheceu a perícia (fls. 32/34), que as máquinas eram próprias para a realização de jogos eletrônicos de azar, justamente porque o ganho ou a perda independiam da habilidade do jogador. Que elas, em sendo utilizadas, visavam lucro, também é certo. Mas para reconhecimento da ação contravencional é necessário a verificação dos verbos contidos no tipo, que é “estabelecer ou explorar”. Doutrina Marcelo Jardim Linhares que : “Em sua conceituação léxica, estabelecer é instalar, alojar, fixar, tornar estável, firme, permanente, é abrir estabelecimento; explorar é tirar partido ou proveito de uma situação, é desenvolver um negócio qualquer”(Contravenções Penais, volume 2, Edição Saraiva, 1980, página 427). Verifica-se desde logo que cai por terra, no caso dos autos, a conduta de “explorar”, porque efetivamente na situação retratada as máquinas não estavam sendo utilizadas e, portanto, não ocorria a exploração ou o proveito do jogo. Resta, então, definir se o simples encontro das máquinas no local chegou a configurar a conceituação de estabelecer, como exige o tipo. O réu informou que efetivamente recebeu as máquinas pensando em utilizá-las como jogo para arrecadar proveito, mas não houve tempo de instala-las e ainda estava na cogitação da prática do ilícito. Nenhuma investigação foi feita a respeito de que houve efetivamente a preparação para exercício da contravenção. As máquinas estavam em um cômodo, desligadas e tudo indica que de forma alguma tinham sido preparadas para serem usadas naquele compartimento. Estabelecer a prática de jogo de azar, com


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

o indica a conceituação mencionada, é fazer a instalação a apronta-las para o uso. Na situação revelada não se pode afirmar a ocorrência de uma instalação estável e firme. Não se verifica do que foi encontrado no local que o acusado chegou efetivamente a instalar os equipamentos e coloca-los para pronto uso. O que sobressai é que a prática do ilícito ainda se encontrava na fase de preparação, quando muito, mas ainda não tinha o réu se estabelecido, ou seja, preparado a banca de jogo para receber o público. Portanto, para haver a contravenção, não basta o infrator ter os equipamentos, mas sim instala-los efetivamente para que possa ocorrer a exploração. A ação do réu não ultrapassou a tentativa de se estabelecer e explorar com o jogo de azar. E como a tentativa de contravenção não é punível, nos termos do artigo 4º da LCP (Decreto Lei 3.688/41), a absolvição se impõe, porquanto a infração não chegou a completar-se. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA e ABSOLVO o réu BRUNO ALVES MURTA**, com fundamento no artigo 386, III, do CPP. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS.** Eu, Cassia Maria Mozaner Romano, digitei.

MM. Juiz(a):

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):